

FORMAÇÃO, CONHECIMENTO E PROFISSIONALIZAÇÃO: PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA DÉCADA

por

Luiz Oosterbeek*

Resumo: Depois de uma explosão do mercado laboral em arqueologia, propiciada pela legislação do final da década anterior, e que ocorreu sem planificação e sem controle efectivo da tutela, a realidade da arqueologia profissional em Portugal, e noutros países, encontra-se numa encruzilhada. O artigo procura ensaiar um exercício de prospectiva, apoiado em comparações com o quadro Europeu, designadamente á luz do Processo de Bolonha e da Estratégia de Lisboa.

Palavras-chave: Arqueologia; emprego; educação.

Abstract: After an archaeological labour market explosion, generated by the legislation of the end of the last decade, which was not preceded by any planning nor succeeded by an effective control from the State, the reality of professional archaeology in Portugal, as in other countries, seats in a crossroad. The paper aims at attempting a prospective exercise, supported by comparisons within the European context, namely in the light of the Bologna process and of the Lisbon strategy.

Key-words: Archaeology; employment; education.

O quadro nacional e Europeu de evolução da arqueologia

A realidade da arqueologia mudou na última década, em Portugal e na Europa. A arqueologia, até ao início da década de 1990, era uma profissão essencialmente relacionada com a investigação fundamental (mesmo quando articulada com museus, que se assumiam sobretudo como espaços de conservação e estudo de colecções). A arqueologia em 2008 é uma área profissional essencialmente articulada com a esfera da minimização dos impactes ambientais e da valorização patrimonial. A formação em arqueologia tem de se adaptar a esta realidade.

* Instituto Politécnico de Tomar. Centro de Geociências – Grupo Quaternário e Pré-História (FCT).
loost@ipt.pt

A reorganização dos percursos de formação (profissional e superior) tem de ser feita no quadro académico Europeu, que é aquele em que irão ser avaliados e validados, ou não. Isto significa seguir o modelo de Ensino Superior decorrente do chamado processo de Bolonha, que sublinha a importância das saídas profissionais ao cabo de um primeiro ciclo de 3 anos. De pouco serve, hoje, contestar esse modelo, ainda que tal constatação seja legítima e não isenta de fundamentos. A discussão processou-se na segunda metade da década de 1990 e Portugal ignorou-a... até 2005! Hoje, é em termos Europeus uma discussão encerrada.

O contexto Europeu é complexo, do ponto de vista quer do mercado de trabalho (que é Europeu, mas muito distinto entre os diversos Países), quer dos currícula (que não são uniformes, sequer, nos planos nacionais). A arqueologia, sendo um espaço de formação pluridisciplinar, não se pode nem deve afirmar com um percurso unicitário, e muito menos ligado a uma ou outra disciplina (História, Geologia, ou outra), mas deve reflectir sobre uma componente mínima comum, que deverá corresponder a cerca de 30% do percurso formativo no 1º ciclo.

O Espaço Europeu de Ensino Superior tem um significado claro, no que respeita à mobilidade da formação. Os segundos ciclos devem estruturar-se pensando pelo menos em termos ibéricos e devem ser especializados. O exercício de lideranças profissionais irá requerer, progressivamente, o Mestrado e o Doutoramento, forçosamente não generalistas.

A reorganização da arqueologia, incluindo da sua formação académica, deve ser apoiada numa relação com sectores da sociedade exteriores à própria arqueologia, o que agora não acontece (com raras excepções). E deve partir da consideração destas questões: formar profissionais para que necessidades sentidas pela sociedade (relação com o mercado de trabalho) e para que objectivos (relação com o desenvolvimento e com o conhecimento).

O mercado laboral Europeu

A Associação Europeia de Arqueólogos desenvolveu um projecto de caracterização da arqueologia na Europa, tendo considerado 12 países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Grécia, Hungria, Irlanda, Países Baixos, Reino Unido e República Checa. Para todos os países foi calculado o número de arqueólogos activos e, em grande parte deles, também as principais áreas de actividade. Se lhes adicionarmos as variáveis de área do País e de dimensão da população, obtemos uma radiografia bastante interessante da realidade Europeia.

Os resultados podem resumir-se como se segue:

País	Nº de Arqueólogos	Km² por Arqueólogo	Habit. por Arqueólogo	% Arqueologia de Campo	% Museus e Gestão do Património	% Outras actividades
Reino Unido	6.800	36	9.000	56	17	27
Bélgica	767	40	13.500	ND		
Países Baixos	995	42	16.500	52	5	43
Irlanda	1.709	50	2.400	89	5	6
Grécia	1.856	71	6.000	87		13
Eslovénia	149	136	14.750	13	52	35
Hungria	650	143	15.500	36	46	18
Chipre	52	178	15.400	48	21	31
Áustria	435	193	18.850	44	11	45
Alemanha	1.765	202	43.300	ND		
Rep. Checa	313	252	33.250	57	36	7
Eslováquia	189	259	28.500	43	33	24
MÉDIA	1.307	133,5	18.100	48	27	25
Portugal (estimativa)	1.000	92	10.900			

Cerca de 15.500 arqueólogos trabalham nos doze países Europeus estudados, o que nos permite estimar, por excesso, o total de arqueólogos europeus em cerca de 25.000 (o estudo inclui os países com mais arqueólogos, excepto a França e a Itália, pelo que é provável que o número total seja inferior ao estimado). Embora não existam registos rigorosos, podemos calcular que o número de arqueólogos em Portugal seja de aproximadamente mil, incluindo os que estão ligados ao ensino superior, à investigação, os que têm autorização para trabalhos de campo e os que trabalham em museus ou instituições afins (talvez um pouco menos, mas com uma taxa de crescimento forte).

Se tomarmos em consideração a dimensão do território, verificamos que Portugal estará abaixo da média europeia, associado a países com PIBs bastante mais elevados (Reino Unido, Bélgica, Países Baixos, Irlanda e Grécia – só este com um PIB menos expressivo, mas no qual a arqueologia e turismo têm desde há muito uma expressão determinante).

Se tomarmos em consideração dimensão da população, Portugal apresenta quase o dobro da média europeia, mais uma vez associado a países com forte PIB (Reino Unido, Irlanda, Bélgica e de novo a Grécia).

Esta dupla realidade, inevitavelmente, conduz a uma pressão muito forte para baixar os salários (aspecto que tem vindo a ser destacado nos debates públicos mais recentes). Por outro lado, se compararmos a produtividade do sector nos parâmetros de publicações (académicas e de divulgação), turismo cultural e percepção social global (como a sociedade

“encara” a arqueologia), Portugal está muito distante da performance dos países mencionados, e mesmo atrás de muitos outros em que não têm a mesma expressão demográfica da arqueologia (como a Alemanha).

Estarmos conscientes desta discrepância (afinal mais uma expressão da “divergência” entre Portugal e a média comunitária) é essencial para contribuir de forma positiva para uma melhor inserção social da arqueologia no nosso País. Só assim poderemos evitar que, daqui por uns anos, novamente se regresse a protestos e angústias que, apesar de muitas vezes fundamentados, não olham nunca para a raiz dos problemas. O que podem os arqueólogos oferecer à sociedade, com melhor qualidade do que já fazem e sem aumentar os custos?

São perguntas pouco agradáveis, talvez, mas são inevitáveis, e são aquelas que cada um de nós coloca quando pensa noutras profissões e funções sociais.

Um necessário exercício de prospectiva

As comparações entre Portugal e a Irlanda são comuns, nos estudos de desenvolvimento, atendendo à dimensão similar dos dois países, e à sua semelhança estrutural há alguns anos atrás. Quando considerado o quadro antes apresentado, dos cinco países cujo *ratio* de arqueólogos mais se aproxima ou é inferior ao de Portugal, o País com que melhor nos podemos comparar é, de facto, a Irlanda, cujo *ratio* é, curiosamente, o mais baixo de todos os considerados. Os resultados especialmente positivos da Irlanda, no entanto, não são produto do acaso, e sim de uma estratégia articulada, como se verá em seguida.

Na Irlanda, foi concluído em 2004 o estudo de prospectiva “Archaeology 2020”, coordenado pelos nossos colegas da Universidade de Dublin. O objectivo era o de realizar uma rigorosa caracterização da realidade e das tendências sociais e de mercado da arqueologia, adequando as políticas públicas (incluindo a formação) a esse diagnóstico. O crescimento do número de arqueólogos (já elevado à data) foi exponencial: em 2002 havia 650 arqueólogos, sendo que em seis anos quase triplicou.

O estudo começa por destacar que o crescimento recente da profissão rompia, já em 2000, com a sua estrutura tradicional: de entre os 650 arqueólogos de 2002, apenas cerca de 30 eram investigadores (na maioria docentes do ensino superior) e 100 eram estudantes de pós-graduação. Isto significava a mudança de modelo profissional, de um quadro ancorado na investigação para um serviço essencialmente do sector privado. Outro aspecto destacado, e que igualmente é relevante para Portugal, diz respeito à previsão de onde se deverá concentrar a necessidade de trabalhos de salvamento nos próximos anos, tendo sido prevista a crise de crescimento urbano e a intensificação dos impactos rurais.

Em seguida, o estudo destacava os principais problemas da arqueologia na Irlanda: a confusão na tutela, com distintos organismos na esfera da cultura; a acumulação de escavações não estudadas e ainda menos publicadas; a ocorrência de trabalhos com menor qualidade (equipas sem massa crítica); o divórcio crescente com o público, que se começava a virar contra os atrasos nas obras motivados pela arqueologia. Neste âmbito, destacava algo essencial: embora o volume financeiro executado não fosse excessivo na massa total dos investimentos, as auditorias poderiam considerar ele ser elevado face aos resultados, sobretudo quando estes, por falta de investigação e difusão, não produzem conhecimento novo e se limitam a relatórios técnicos.

Nesta base, o estudo definiu um novo paradigma para uma gestão partilhada (e não apenas da arqueologia): o conhecimento arqueológico, com a integração progressiva da investigação e da arqueologia de contracto.

Como soluções principais propunha: uma parceria entre os órgãos da tutela, as grandes empresas e arqueólogos seniores provenientes do sector público (incluindo o Ensino) e do sector privado; um programa de publicações, financiado nesse quadro; o envolvimento das instituições de investigação numa cartografia nacional dos dados e em cartas de risco de impactes; a coordenação entre os departamentos de arqueologia das Universidades, para ganhar massa crítica; a organização de módulos de actualização em temáticas específicas, para os profissionais, destacando-se a importância da formação em SIG e em TICs; a criação de um fundo para investigação e educação, a partir das grandes obras, com 1 a 2 milhões de euros/ano; a definição de prioridades nacionais de investigação anual; um plano de educação ambiental integrada, que situe a arqueologia no quadro do desenvolvimento e se apoie numa rede de excelência de ensino e investigação; a criação de uma grelha de avaliação da importância dos sítios (internacional, nacional, etc.); a criação de um sistema de monitorização do impacto social dos trabalhos arqueológicos; a criação de um sistema de controlo e avaliação da qualidade; a rigorosa definição dos recursos necessários e das competências a exercer, antes da descentralização das mesmas em termos de tutela.

É fácil reconhecer nesta breve lista uma afinidade enorme com as nossas necessidades.

O processo de Bolonha e a sociedade do conhecimento

A primeira constatação que devemos fazer a respeito de Bolonha é o facto de se tratar de um processo que não diz respeito, apenas, ao Ensino Superior de Arqueologia, mas a todas as dimensões pedagógicas e profissionais da Arqueologia. Porque Bolonha é uma estratégia construída para responder ao desfasamento entre Ensino Superior e mercado de trabalho.

A segunda constatação é a de que o processo se implementa rapidamente, com pouco debate no nosso País, mas de forma amplamente participada noutras latitudes, e com um alcance que ultrapassa largamente a União Europeia. São mais de quarenta os países envolvidos.

A terceira constatação é a de que o processo de Bolonha não se limita a ser uma receita administrativa, sendo antes um instrumento de reorganização política global que se articula com a Estratégia de Lisboa (crescimento, competitividade e sociedade do conhecimento). A discussão sobre a sua implementação, que é imperativa em termos políticos, deve pois basear-se na consideração de qual a formação necessária para contribuir para o desenvolvimento (privilegiando a vertente do mercado de trabalho), para a competitividade dos territórios e para a construção do conhecimento e o acesso da sociedade ao mesmo. Muitas das discussões em Portugal concentraram-se apenas num destes vectores (geralmente só o terceiro), esquecendo os demais.

A quarta constatação é a de que, em diversos países, o modelo de ensino de arqueologia no sistema 3+2+3 se começa a generalizar e consolidar. Naturalmente há resistências, mas a ausência de financiamentos para outros modelos tenderá a marginalizá-los.

A quinta constatação é que Bolonha prevê um ensino centrado na dinâmica do aluno e não dos docentes, com formação de competências discriminadas e não meramente generalistas, com base na estratégia de Lisboa, pelo que também privilegia curricula flexíveis e em que os conteúdos obrigatórios tenderão para o mínimo.

A sexta constatação é a de que esta reforma prevê, também, a aprendizagem ao longo da vida (de acordo com a Declaração de Praga, de 2001), retirando ao Estado a obrigação de assegurar a plena formação para o exercício de profissões, e dando aos profissionais a responsabilidade de irem actualizando e aprofundando competências ao longo da vida, a partir do 2º ciclo de ensino. O segundo ciclo, pois, é tudo o que está depois dos primeiros três anos, e não apenas o Mestrado ou o Doutoramento, e corresponde à especialização e reciclagem de conhecimentos.

Relações entre sub-sistemas do Ensino

Portugal tem dois subsistemas de Ensino Superior, cuja definição é, com a originalidade que nos caracteriza, completamente anacrónica. Na confusão que tem sido a da gestão das qualificações profissionais, a verdade é que, globalmente, e com muito erros e lacunas de qualidade, é no Sub-sistema politécnico, e nas pequenas universidades, que mais dinamismo se regista. É normal que assim seja, e mais do que mérito ou demérito dos docentes, resulta do facto de as grandes instituições serem máquinas administrativas demasiado pesadas e com um poder muito superior ao da academia.

Um exemplo desta realidade é o facto de os Politécnicos terem, há muitos anos, o sistema de ciclos 3+2, que agora se implementa em toda a Europa. É também por essa razão que apresentam taxas de colocação no mercado de trabalho muitas vezes superiores às das universidades, mesmo em arqueologia (e apesar das reacções corporativas e ilegais que muitas vezes tentam minimizar os alunos formados neste sub-sistema).

Os politécnicos tiveram, sobretudo, a possibilidade de promover a Arqueologia de base científica, ou ligada à gestão do património, ou aos estudos de impacte ou, agora, aos estudos paleo-ambientais. Mas não há, hoje, razões para que se não concertem as estratégias, e deveria existir uma comissão de arqueologia do Ensino Superior, com as instituições dos dois sub-sistemas.

A sociedade precisará, cada vez mais, de “técnicos da memória”, mas em contextos recessivos irá procurá-los sobretudo nas vertentes de animação e turismo. Se o Ensino Superior da Arqueologia não souber incorporar essas competências no perfil dos diplomados e na definição da profissão, o futuro poderá ser muito mais difícil.

É recomendável que no primeiro ciclo se possam formar arqueólogos com uma matriz associada a uma das principais áreas do saber: História, ou Antropologia, ou Ciências da Terra ou Ciências Naturais. Na Europa formam-se arqueólogos em qualquer destas áreas, e seria “perder por falta de comparência” excluir qualquer delas por princípio. O ESP está especialmente vocacionado para apoiar esta diversificação. E é nesta perspectiva que funciona a Licenciatura em Arqueologia em Tomar.

Quanto ao segundo ciclo, ele deverá desenvolver competências mais específicas, e acolher graduados de 1º ciclos diferenciados.

Neste quadro, tenderá a anular-se a formação de nível IV em arqueologia (ensino profissional). Embora inequivocamente de qualidade no plano técnico, não parece haver

mercado para este perfil, nem em Portugal nem na Europa. Com efeito, perante a lógica de Bolonha, e tendo em conta a complexidade teórica da arqueologia que sempre está presente, ou se anulava o nível IV ou o 1º ciclo, sendo que a lógica do mercado parece indicar que é o nível IV que se extinguirá.

A lógica dos cursos no Instituto Politécnico de Tomar

O IPT estruturou os seus cursos numa lógica de “fileira educativa”, que inclui a Licenciatura em Arqueologia, o Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre (em parceria com a UTAD) e o Doutoramento em Quaternário, Materiais e Culturas (ministrado pela UTAD, com apoio do IPT).

A Licenciatura segue o modelo de formação generalista de Bolonha, com especial atenção à dimensão das técnicas de arqueologia, e inclui três áreas de formação: uma área nuclear básica (A), que constitui o cerne da formação teórica e teórico-prática (conteúdos tendencialmente obrigatórios no seu perfil geral, e que configuram a base para definição do perfil profissional de arqueólogo); uma área nuclear técnica (B), que constitui o leque de competências técnicas oferecidas pelo IPT aos seus alunos (conteúdos electivos, que contribuem para a definição do perfil profissional-técnico, mas sem vinculação obrigatória específica); uma área vocacional (C), para a qual se propõe um elenco curricular o qual, no entanto, pode ser alterado pelos alunos (conteúdos de livre escolha). Os alunos têm liberdade de escolha de percurso em mais de 50% do curriculum. Foram definidos objectivos globais para cada ano: capacidade em explicar os conceitos essenciais do curso, elaborar relatórios e proceder a análises críticas no 1º ano; capacidade de elaborar um inventário ou um relatório descritivo, bem como de acompanhar uma minimização de impacte ambiental em arqueologia, no 2º ano; capacidade de elaborar um projecto de intervenção no 3º ano. A repartição de créditos por áreas científicas é a seguinte: 23 a 49 ECTS em História e Ciências Humanas e Sociais; 26 a 52 em Arqueologia; 31 a 57 em Ciências Exactas e Naturais; 44 a 95 em Métodos e Técnicas em Arqueologia; 5 em Estágio ou Seminário; 26 em Outras disciplinas.

O Mestrado é especializado e corresponde à um domínio em que a massa crítica do IPT se concentrou, incorporando diversas pré-especializações possíveis (Tecnologia Lítica, Geologia do Quaternário, Arte Rupestre, Arqueologia Sul-Americana, Arqueologia Sub-Aquática, Bio-Arqueologia, entre outras). É um curso integrado no programa Erasmus Mundus, e tem um perfil de formação para a investigação internacional. Os alunos são incentivados a frequentar pelo menos 30% do curso em universidades parceiras, em França, Espanha, Itália ou Brasil.

Um segundo Mestrado, em Técnicas de Arqueologia, oferece um percurso mais profissionalizante, com quatro grandes áreas de especialização: tecnologias (lítica, cerâmica, arte rupestre, arqueologia experimental, entre outras); geo-arqueologia (com forte incidência laboratorial e de campo), tafonomia e métodos de representação (com diversas áreas específicas, como os SIG ou as aplicações específicas em arqueologia sub-aquática); e gestão do património cultural (área em que o IPT obteve um Prémio Ouro da Comissão Europeia, pela organização de um curso intensivo anual). As parcerias são idênticas, e as perspectivas de continuidade de estudos também, mas ao invés de uma tese final, os alunos realizam um estágio de integração profissional aprofundada, de que devem elaborar um relatório técnico-científico de pormenor.

O Doutoramento é mais, amplo, incorporando a dimensão da Antropologia Cultural, embora na base de uma matriz geo-arqueológica, que corresponde ao perfil teórico dominante no conjunto da formação pós-graduada. Globalmente, esta está localizada num centro de investigação inter-institucional e internacional, situado em Mação, com mais de cem investigadores associados.

A taxa de empregabilidade dos alunos nestes programas tem sido superior a 90% na formação de 1º ciclo, 95% no Mestrado (incluindo admissão em doutoramentos de 25% dos Mestres) e 100% no Doutoramento. Deve sublinhar-se que, graças a parcerias institucionais diversas (programas europeus e apoios privados nacionais), cerca de 33% dos alunos são bolseiros.

Estes cursos possuem uma grande permeabilidade entre si, com integração de todos os estudantes em projectos de investigação (neles se incluindo a gestão do património). O conjunto dos ciclos, por sua vez, converge em certos cursos intensivos especializados, desenvolvidos com apoio da Comissão Europeia, onde igualmente participam estudantes de outros países, assim criando relações académicas que, esperamos, se prolongarão nas suas vidas profissionais.

Deve haver um curriculum comum de base?

Não há, e seguramente não haverá, um modelo de base comum para a construção de curricula em arqueologia. A Associação Europeia de Arqueólogos tem promovido essa discussão, e sem consenso. É normal que assim seja pois, como se sabe, a arqueologia é ensinada em departamentos de humanidades, de ciências da terra, de ciências naturais e em institutos inter-disciplinares. É, aliás, vantajoso que assim seja, e essa diversidade deveria desenvolver-se em Portugal.

Nos Estados Unidos da América, a Society for American Archaeology, partindo de um cenário próximo do que acima definimos, identificou o que devem ser, na sua opinião, os princípios comuns para as reformas curriculares, em número de sete: consciência do carácter não renovável dos recursos arqueológicos (conservação, tráfico ilegal, legislação, gestão); diversidade de direitos sobre o património, não exclusivo dos arqueólogos (distintas perspectivas sobre o passado, usos políticos, parcerias); relevância social (dinâmica populacional, história ambiental, sistemas de desigualdade, guerra, saúde e doença, lixo); ética e valores; comunicação oral e escrita (incluindo TICs); competências arqueológicas básicas (escavação, análises, relatórios, conservação, observação, cartografia, etc.); solução de problemas do mundo real (responsabilidade e prestação de contas, arqueopolítica, transparência, quadro legal). É curioso como nenhum destes tópicos se centra em temas da história ou da antropologia cultural (excepto na sua dimensão sociológica), que são considerados temáticas opcionais a definir por cada instituição.

Será a nossa realidade futura tão distinta da americana, que justifique a procura de um caminho distinto? Creio que o que já foi tentado pela EAA demonstra que não é possível outro caminho, e que o perfil das Licenciaturas em Arqueologia se irá aproximar cada vez mais de um quadro de referência técnico e ético, e menos histórico-antropológico (temáticas que permanecem fundamentais, mas com carácter de especialização ou pré-especialização).

A formação superior em Arqueologia não pode ignorar as tendências registadas em países com um grau de desenvolvimento mais avançado. Trilhar outro caminho é formar para o desemprego e, em tempos de contenção dos gastos com o Ensino Superior, condenar à extinção dos departamentos.

Neste âmbito, a atenção ao mundo empresarial é crucial. A realidade empresarial é uma realidade hierarquizada, em termos de competências, com uma menor percentagem de lugares de liderança do que, tradicionalmente, a arqueologia tinha (no plano apenas académico), mesmo se o número absoluto de tais lugares é, naturalmente, superior.

A capacidade de resolver questões concretas (prospecção, escavação, cartografia, conservação, didáctica, etc.), e sobretudo a flexibilidade, são requisitos que me parecem cruciais. Aos quais haverá que associar a capacidade de reportar hierarquicamente e, em menor quantidade, a capacidade de liderar. Note-se que o ensino tradicional, pelo menos em teoria, está orientado sobretudo para esta última vertente, essencial mas, em termos numéricos, menos relevante no quadro da massificação. Os estágios são, neste plano, uma componente essencial da formação dos arqueólogos, e devem ser obrigatórios em todos os cursos de Licenciatura. No entanto, o seu formato não deve ser rígido, devendo inversamente ser factor de oferta diversificada.

Outro problema que as empresas enfrentam é o de minimizar e rentabilizar os custos de pessoal. Isso significa que, se o perfil profissional do graduado em arqueologia, no que diz respeito à suas competências práticas, dever ser claramente distinto do perfil do técnico profissional. Caso contrário, as empresas preferirão contratar estes últimos, sendo certo que a lógica de Bolonha estrangula, de alguma forma, o ensino profissional pré-universitário, como referimos.

Finalmente, não haverá arqueologia no futuro se não existir interesse social por ela, e este só ocorrerá se a sociedade, designadamente através do associativismo e do voluntariado amador, puder participar na construção do discurso arqueológico. É crucial integrar nos cursos mecanismos de iniciação à gestão do património e à comunicação com a sociedade, seguindo princípios de avaliação e acreditação externa (como o sistema HERITY, por exemplo).

Mais do que uniformizar currícula, deveria haver um espaço de encontro entre os departamentos que ensinam arqueologia, para troca informações e discussão de estratégias comuns. O modelo do CRUP e do CCSISP não funciona, mas sob os auspícios da APA e da AAP seria possível, e desejável, promover tal fórum, sem carácter vinculativo, mas com o objectivo de harmonizar o que for desejável e de clarificar a diversidade de percursos na medida do possível. Com efeito, para o futuro do sistema será não apenas essencial essa coordenação, como sobretudo a clarificação das especialidades, pois dificilmente existirá mercado de ensino superior para mais do que um ou dois departamentos idênticos.

REFERÊNCIAS

- BICHO, Nuno Ferreira – *O ensino da Arqueologia em Portugal*. In: *Era Arqueologia*. – Lisboa: Era Arqueologia. Nº 3 (Jul. 2001), p. 14-19.
- DIAS, Lino Augusto Tavares – *Formação especializada em Arqueologia: o papel da Escola Profissional de Arqueologia*. In: *Al-madan*. – Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Sér. 2, nº 1 (Dez. 1992), p. 47-49.

- DIAS, Lino Augusto Tavares; HOMEM, Paula Menino – *Formação em Portugal de técnicos intermédios para arqueologia, património e museus: algumas reflexões*. In: *O arqueólogo português*. – Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. – Sér. 4, vol. 17 (1999), p. 413-420.
- GARCÍA SANTOS, Juan Carlos – *Los programas y didáctica de la arqueología presentados en las oposiciones a cátedras de Universidad (1900-1940)*. In: *Archaia*. – Madrid: Sociedad Española de História de la Arqueología. Nr. 3-5 (2003-05), p. 272-282.
- JORGE, Vítor Oliveira; MARQUES, Teresa – *A Arqueologia nas universidades*. In: *Al-mádan*. – Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Sér. 2, nº 1 (Dez. 1992), p. 36-38.
- OOSTERBEEK, Luís – *Artes, ciências e tecnologia: dialéctica da educação ou o paradoxo da modernidade politécnica*. In: *1º Curso Intensivo de Arte Pré-Histórica Europeia (1) / coord. Ana Rosa Cruz, Luiz Oosterbeek*. – Tomar: CEIP HAR – Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, 1999, p. 179-186.
- OOSTERBEEK, Luís – *Ensino Superior e Empresas de Arqueologia: uma relação imprescindível*. In: *Era Arqueologia*. – Lisboa: Era Arqueologia. Nº 7 (Fev. 2006), p. 6-14.
- PAIXÃO, José Manuel Faria; OOSTERBEEK, Luís – *Novos profissionais para uma região renovada: os cursos de formação do Centro de Estudos de Turismo e Cultura*. In: *Area Domeniu*. – Tomar: CEIP HAR – Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo. Nº 2 (2002), p. 11-14.

Consultas em linha

SAA 2008. Teaching Archaeology in the 21st Century: Promoting a National Dialogue. Principles for Curriculum Reform. Society for American Archaeology, www.saa.org/education/